



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CONVÊNIO Nº 032/2018-TJPE, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, COM A INTERVENIÊNCIA DA VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS - VEPA, E O MUNICÍPIO DE MORENO, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, com sede à Praça da República, s/nº, bairro de Santo Antônio, Recife/PE, inscrito no CGC/MF sob o nº 11.431.327/0001-34, daqui por diante denominado TRIBUNAL, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO, brasileiro, casado, magistrado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF/MF nº. 051.466.234-49, portador da Cédula de Identidade nº 880.925 - SSP/PE, com a interveniência da VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS, denominada VEPA, criada pela Lei Complementar nº 031, de 02/01/2001, doravante denominada, simplesmente, VEPA, por seu representante legal, Juiz de Direito FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA, brasileiro, casado, magistrado, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.542.204-44, portador da Cédula de Identidade nº 1733609 - SSP/PE, residente e domiciliado nesta cidade do Recife/PE, e o MUNICÍPIO DE MORENO, com sede na Av. SIFRÔNIO PORTELA, 3754, CEP 54800-00, Fone 81-3535.4419, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.049.822/0001-83, daqui por diante denominado(a) INSTITUIÇÃO CONVENIADA, neste ato representado(a) por seu Prefeito EDVALDO RUFINO DE MELO E SILVA, inscrito no CPF/MF sob nº090.265.924-34, portador da Cédula de Identidade nº 10104478, SSP-PE, têm entre si, justo e acordado celebrar o presente Convênio, conforme Processo SEI nº 0018498-14.2017.8.17.8017, que se regerá pela Lei nº 7.210/84 e pela Lei nº 8.666/93, no que couber, mediante as cláusulas e estipulações que mutuamente outorgam e estabelecem na forma abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

Implantação e funcionamento do PROGRAMA DE EXECUÇÃO DA PENA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE, em instalações da própria Instituição Conveniada, implementando uma política de valorização da pena restritiva de direitos, na modalidade prestação de serviços à comunidade, de forma a alcançar a reinserção social do sentenciado e, conseqüentemente, evitar a reincidência criminal e o efeito deletério que o encarceramento pode produzir.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS COMPETÊNCIAS:**

Para consecução do objetivo descrito na cláusula primeira, compete aos CONVENIENTES:

I - Ao TRIBUNAL, com interveniência da VEPA:

- a) Fiscalizar e supervisionar, através do Juízo da VEPA e de sua equipe de apoio especializado em Psicologia e Serviço Social, o funcionamento do



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROGRAMA DE EXECUÇÃO DA PENA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE - PSC;

- b) Realizar visita à INSTITUIÇÃO CONVENIADA, a fim de apresentar o teor do presente Termo de Convênio e Plano de Trabalho, além de preencher o formulário de "Cadastro da Entidade" antes de iniciar os procedimentos de encaminhamento de cumpridores de prestação de serviços;
- c) Disponibilizar o seu corpo técnico para prestar orientação e capacitação a servidores/funcionários indicados pela INSTITUIÇÃO CONVENIADA para atuarem no PROGRAMA DE EXECUÇÃO DA PENA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE;
- d) Acompanhar e orientar o cumpridor de prestação de serviços integralmente, de forma a favorecer o efetivo cumprimento da pena;
- e) Realizar avaliação psicológica e social dos cumpridores anteriormente ao encaminhamento aos equipamentos públicos, para início do efetivo cumprimento da prestação de serviços à comunidade;
- f) Consultar através de telefone ou outro meio de comunicação o gestor ou servidor indicado antes de realizar encaminhamento para início efetivo do cumprimento da pena;
- g) Fornecer, sempre que solicitado, aos gestores dos equipamentos públicos as informações sobre o cumpridor, necessárias ao cumprimento da pena;
- h) Encaminhar os cumpridores por meio de Ofício de Encaminhamento, no qual constarão os seguintes formulários: "Informações Gerais" sobre o cumpridor, "Acordo de Prestação de Serviço" e "Folha de Frequência de PSC";
- i) Visitar a INSTITUIÇÃO CONVENIADA para fins de monitoramento;
- j) Intervir em caso de identificação e/ou comunicação de descumprimento da pena, através de convocação do cumpridor para atendimento psicossocial e/ou Audiência de Advertência com o Juízo da VEPA;
- k) Informar a gestão dos equipamentos em caso de conclusão do cumprimento da pena de PSC.

II - À INSTITUIÇÃO CONVENIADA:

- a) Indicar, na ocasião de preenchimento de formulário de "Cadastro da Entidade", 02 (dois) servidores/funcionários responsáveis pelo acolhimento, orientação e acompanhamento do cumpridor encaminhado,





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

a capacidade máxima de cumpridores que o aparelho pode acolher, bem como as atividades que eles poderão exercer;

- b) Acolher o cumpridor encaminhado, devendo preencher no ato a ficha de "Acordo de Prestação de Serviços", que será trazida à VEPA posteriormente, pelo cumpridor;
- c) Disponibilizar ao menos 01 (um) funcionário responsável para orientar e acompanhar o cumpridor de PSC *in loco*, devendo acordar com ele as atividades a serem desenvolvidas, bem como as condições de dias e horário de cumprimento da pena;
- d) Preencher a "Folha de Frequência" a cada dia de prestação de serviços, devendo o responsável carimbá-la para entrega à VEPA;
- e) Observar o devido cumprimento da carga horária mínima determinada pela VEPA, constante no Ofício de Encaminhamento;
- f) Informar à VEPA qualquer intercorrência durante o período de cumprimento da pena, tais como: impontualidade, falta e/ou indisciplina;
- g) Receber da VEPA as informações necessárias ao cumprimento da PSC, devendo manter o sigilo das informações fornecidas.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA:**

O presente Convênio terá prazo de vigência de 02 (dois) anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por expressa manifestação dos CONVENENTES, mediante Termo Aditivo próprio.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

Este Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito, por inexecução total ou parcial, de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou superveniência de fatos ou normas legais que o tornem materialmente impossível, podendo ser denunciado por qualquer dos CONVENENTES, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Este Acordo não envolve transferências de recursos financeiros entre os partícipes, cabendo a cada signatário aplicar seus próprios recursos no cumprimento de suas competências, assumidas neste instrumento.

*Assinatura de Cláudio More*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

O presente Convênio será publicado, em extrato, no Diário da Justiça Eletrônico, na forma do art. 61 e seu parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, com suas alterações.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO:**

Fica eleito o Foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, com renúncia a qualquer outro, ainda que privilegiado, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste Convênio, desde que não possam ser resolvidas em comum acordo.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

Recife, 05 de julho de 2018.

*Adalberto de Oliveira Melo*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
Desembargador Presidente

X VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS  
FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA  
Juiz de Direito

*Edvaldo Rufino de Melo e Silva*  
MUNICÍPIO DE MORENO  
EDVALDO RUFINO DE MELO E SILVA  
PREFEITO

TESTEMUNHAS:

1. *Suzanna Santos* \_\_\_\_\_ CPF/MF: *693.058.544-00*
2. *CPF: Helen Rains clado* \_\_\_\_\_ CPF/MF: *483.749.794-53*



PLANO DE TRABALHO

**1. Proponente**

Órgão/instituição proponente				CNPJ/MF
<b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - TJPE</b>				11.431.327/0001-34
Endereço Completo				
PRAÇA DA REPÚBLICA, S/Nº, STº ANTÔNIO				
Cidade	UF	CEP	(DDD) Telefone/Fax	E.A.
RECIFE	PE	50.010-040	081-3182.0355	PODER JUDICIÁRIO
Nome do responsável pela instituição				C.P.F.
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO				051.466.234-49
R.G./Órgão expedidor	Cargo		Função	
880.925 - SSP/PE	DESEMBARGADOR		PRESIDENTE	

**2. Outro Partícipe (Interveniente)**

Órgão/instituição		CNPJ/MF	E.A.
<b>VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS</b>		11.431.327/0001-34	PODER JUDICIÁRIO
Endereço completo		CEP	(DDD)Telefone
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº, JOANA BEZERRA, RECIFE/ PE		50.080-900	(81) 3181.0444
Nome do responsável pela Instituição		C.P.F.: 521.542.204-44	
FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA		RG: 1733609 SSP/PE	

**3. Outro Partícipe (Executor)**

Órgão/instituição		CNPJ/MF	E.A.
MUNICÍPIO DE MORENO		11049822/0001-83	
Endereço completo		CEP	(DDD)Telefone/Fax
Avenida Sinfrônio Portela, nº 3754		548000-000	3535.4419
Nome do responsável pela Instituição		C.P.F.: 090.265.924-34	
EDVALDO RUFINO DE MELO E SILVA		RG.: 1010478 SSP/PE	

#### 4. DESCRIÇÃO DO PROJETO

<b>Título do projeto</b>	<b>Vigência</b>
<b>PROGRAMA DE EXECUÇÃO DA PENA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE</b>	02 (dois) anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por expressa manifestação dos CONVENIENTES, mediante Termo Aditivo próprio.

#### 5. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO E JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

<b>Identificação do Objeto</b>
O Objeto do presente Termo de Convênio entre os partícipes é o acolhimento de sentenciados para cumprimento da pena alternativa de prestação de serviços (PSC) nas suas instalações.
<b>Justificativa da Proposição</b>
O delito, fenômeno social, nasce no seio da comunidade e só pode ser controlado pela ação conjunta do governo e da sociedade. Uma política de valorização da pena de prestação de serviços à comunidade visa promover essa ação conjunta, para que a pena, alcance seus objetivos de aliar a execução penal à integração social da pessoa que cometeu o delito e consequente prevenção à reincidência criminal.

#### 6. RECURSOS FINANCEIROS:

O Convênio decorrente deste Plano de Trabalho não contempla repasse de recursos financeiros de um a outro Conveniente, a qualquer título, devendo cada um dos partícipes arcar com as despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições com recursos próprios.

#### 7. DAS COMPETÊNCIAS:

##### 7.1. Do **TRIBUNAL**, com interveniência da **VEPA**:

- a. Fiscalizar e supervisionar, através do Juízo da VEPA e de sua equipe de apoio especializado em Psicologia, Serviço Social e Pedagogia o funcionamento do **PROGRAMA DE EXECUÇÃO DA PENA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE- PSC**;
- b. Realizar visita aos futuros locais de cumprimento da PSC antes de iniciar os procedimentos de encaminhamento de cumpridores de prestação de serviços;
- c. Disponibilizar o seu corpo técnico para prestar orientação e capacitação a servidores indicados pela INSTITUIÇÃO CONVENIADA para atuarem no **PROGRAMA DE EXECUÇÃO DA PENA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE**;
- d. Acompanhar e orientar o cumpridor de prestação de serviços integralmente, de forma a favorecer o efetivo cumprimento da pena;
- e. Realizar avaliação psicológica e social dos cumpridores anteriormente ao encaminhamento aos equipamentos públicos para início do efetivo cumprimento da prestação de serviços à comunidade;
- f. Consultar através de telefone ou outro meio de comunicação o gestor ou servidor indicado antes de realizar encaminhamento para início efetivo do cumprimento da pena;
- g. Fornecer, sempre que solicitado, aos gestores dos equipamentos públicos as informações sobre o cumpridor necessárias ao cumprimento da pena;
- h. Encaminhar os cumpridores por meio de Ofício de Encaminhamento, no qual constarão os seguintes formulários: "Informações Gerais" sobre o cumpridor, "Acordo de Prestação de Serviço" e "Folha de Frequência de PSC".



- i. Visitar a INSTITUIÇÃO CONVENIADA, para fins de monitoramento;
- j. Intervir em caso de identificação e/ ou comunicação de descumprimento da pena, através de convocação para atendimento psicossocial e/ ou Audiência de Advertência com o Juízo da VEPA.
- k. Informar a gestão dos equipamentos em caso de conclusão do cumprimento da pena de PSC.

#### 7.2. Da INSTITUIÇÃO CONVENIADA:

- a. Indicar, na ocasião de preenchimento de formulário de “Cadastro da Entidade”, 2 funcionários responsáveis pelo acolhimento, orientação e acompanhamento do cumpridor encaminhado, a capacidade máxima de cumpridores que o aparelho pode acolher, bem como as atividades que eles poderão exercer;
- b. Acolher o cumpridor encaminhado, devendo preencher no ato a ficha de “Acordo de Prestação de Serviços”, que será trazida à VEPA posteriormente pelo cumpridor;
- c. Disponibilizar ao menos 1 (um) funcionário responsável para orientar e acompanhar o cumpridor de PSC *in loco*, devendo acordar com ele as atividades a serem desenvolvidas, bem como as condições de dias e horário de cumprimento da pena;
- d. Preencher a “Folha de Frequência” a cada dia de prestação de serviços, devendo o responsável carimbá-la e assiná-la para entrega à VEPA;
- e. Observar o devido cumprimento da carga horária mínima determinada pela VEPA, constante no Ofício de Encaminhamento;
- f. Informar à VEPA qualquer intercorrência durante o período de cumprimento da pena, tais como: impontualidade, falta e/ou indisciplina;
- g. Receber da VEPA as informações necessárias ao cumprimento da PSC, devendo manter o sigilo das informações fornecidas.

### PROGRAMA DE EXECUÇÃO DA PENA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

#### APROVAÇÃO PELOS CONVENENTES

Recife, de de 2018.

*Adalberto de Oliveira Melo*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**  
**Presidente**

**VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS**  
**Dr. FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA**  
**Juiz de Direito**

*Edvaldo Rufino de Melo e Silva*  
**MUNICÍPIO DE MORENO**  
**EDVALDO RUFINO DE MELO E SILVA**  
**Prefeito**